

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO.de eografia

INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VOL 9/10 Nº 1/2 - JAN/DEZ 1989/1990



O ESPAÇO: UNE/SEPARA/UNE

Eunice Isaias da Silva*

INTRODUÇÃO

Baseado no pressuposto que a Geografia é uma ciência social é que se dará a análise do espaço geográfico neste trabalho, que pretende ser uma reflexão sobre a relação espaço e conflitos sociais.

Num primeiro momento analisar-se-á o que vem a ser "espaço" para a Geografia, em seguida se discutirá a questão do espaço e conflitos sociais, que terá maior enfoque na problemática do campo.

O título do mesmo é a propósito de um artigo de Milton Santos (O Espaço que Une e que Separa) do seu livro: Pensando o Espaço do Homem. E é acreditando na dialética do espaço do homem que discorrerão as reflexões aqui expostas.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO

O espaço geográfico resulta da relação homem-natureza através do trabalho, que é uma ação consciente pela sobrevivência e é uma prática social, pois envolve a relação homem-homem. Ele é, portanto, um produto social, uma criação da sociedade. Daí ser também denominado espaço humano ou social.

Na leitura do espaço se apreende a História dos Ho-

*Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia-UFRJ

Professora do Campus Avançado da UFGO em Catalão

mens, pois as transformações que acontecem no espaço no decorrer do tempo são sensíveis também, no comportamento dos homens. Pois o homem modifica a natureza e é por ela modificado. "Consideramos, assim, o espaço geográfico como produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica-cultural, e que, por consequência, apresenta em cada momento as características da sociedade que o produz". (Carlos/Rossini, 1983 - p.16).

Assim sendo, o espaço é ativo e dinâmico. Em determinado período histórico foi fruto de uma relação harmônica entre homem e natureza, onde esta era um bem comum a todos e os homens não estavam divididos em classes sociais, porém esta sintonia foi rompida a partir do momento em que aconteceu a apropriação do espaço por alguns, em detrimento dos demais. Cria-se, então, uma nova configuração espacial, onde se percebe as novas relações sociais. A apropriação desigual provoca uma legitimidade de domínio nas relações de poder. A relação com a natureza passa a ser de depredação e o relacionamento entre os homens de exploração.

E é no capitalismo que a relação do homem com a natureza se torna mais destrutiva. Isnard (1982 - p. 56), coloca que "o consumo do espaço aumenta até ao desperdício: o espaço já não é um bem de uso, é uma mercadoria que se presta a toda espécie de especulações frutuosas".

Pois o capital e a cultura social direcionam a estruturação espacial. Então, ao se analisar criticamente a aparência da espacialidade de um determinado lugar, a forma do arranjo espacial, pode-se apreender a sua essência que é a própria sociedade. O espaço produz e se reproduz segundo as classes sociais. Isto pode ser detectado através de um simples passeio por uma cidade - exemplificando com Brasília, onde o espaço das mansões é confrontado com o oprimido espaço das favelas. É sensível aos olhos daqueles que querem enxergar.

O capital força também as especializações espaciais, hierarquizando e diversificando as relações. Ordena o espaço de acordo com a lógica capitalista. Aliena o espaço do homem e o próprio homem. Aprofunda as diferenças de classes. A cidade cresce, amontoa os homens, ao mesmo tempo que cria mecanismos para isolá-los socialmente. "O próprio espaço nos aparece como um todo fragmen

da" (Moraes, 1985 - p. 22). Porém, as leis que regem o capitalismo em contextos urbanos e o mesmo passa a agir dentro destas contradições, criando situações comuns de organização e preparação para a luta por direitos provisórios e outras condições de trabalho para os trabalhadores urbanos e rurais. Entretanto, a luta pela melhoria das condições de trabalho e de produção, a luta pela melhoria das condições de vida e de saúde, a luta pela luta por melhores condições de trabalho, a luta pela luta por melhores condições de vida e de saúde, a luta pela luta por melhores condições de vida e de saúde, a luta pela luta por melhores condições de vida e de saúde.

ESPAÇO E CONFLITOS SOCIAIS

Segundo Morabira (1980 - p.171), o desenvolvimento desigual e combinado, cria contradições entre país e país, entre o campo e a cidade e o campo e os próprios países. A desigualdade internacional, o capitalismo e a divisão internacional do trabalho e sua consequente espacialidade. O desenvolvimento desigual e combinado, cria contradições entre país e país, entre o campo e a cidade e o campo e os próprios países. A desigualdade internacional, o capitalismo e a divisão internacional do trabalho e sua consequente espacialidade. O desenvolvimento desigual e combinado, cria contradições entre país e país, entre o campo e a cidade e o campo e os próprios países. A desigualdade internacional, o capitalismo e a divisão internacional do trabalho e sua consequente espacialidade.

A apropriação desigual do espaço se dá pela acumulação de riqueza e concentração de riquezas nas mãos de algumas pessoas e grupos. A estruturação do espaço denuncia as desigualdades sociais tanto no campo como na cidade. O domínio do espaço se articula entre os que possuem o controle da terra e a maior renda monetária. E a legitimação de poder passa, também, pela dominação do espaço.

"O espaço é a sociedade territorialmente construída". (Moraes, 1985 - p. 123). A terra é um bem natural, portanto, não pode ser produzida, nem reproduzir-se. Porém nos países capitalistas, recebe um valor tornando-se mercadoria. A terra não produz mais-valia, seu preço é obtido através da renda da terra, que varia conforme a localização, produtividade, escassez, ... A injusta distribuição da terra, renda monetária e equipamentos de consumo coletivo, se agudiza e leva ao surgimento de conflitos sociais na cidade e no campo.

capital expropria o trabalhador nos meios de produção, apropriando-se do trabalho, da consciência e do próprio espaço. Ao segregar o homem, o capital, contraditoriamente, impede a organização e a libertação do trabalho no espaço social e parcelar a terra. Essa se dá no tempo (Lima e Silva), criando a luta política que pode resultar em vários pontos. Esta luta pelo espaço é também uma luta pelo poder, particularmente, a luta pela participação das classes, que pode significar a preservação do meio ambiente, acesso à terra, moradia decentes, melhoria da qualidade de vida, direitos de povos e outros, ... É a classe trabalhadora, procurando através de comitês, sindicatos, associações, movimentos sociais, acampamentos, greves e outras manifestações, lutar pela melhoria do espaço.

Por sua vez, o cumprimento das reivindicações, pode provocar uma valorização do espaço e este passar a ser alvo e condição para a especulação. Porém, esta questão não invalida o processo de luta, que é também um processo de aprendizagem, quando a realidade explorada da sociedade força o surgimento de um tipo de participação política, na tentativa de resgatar o respeito ao ser humano e construir o homem novo. É a práxis libertadora - privilégio do homem consciente, que reconhece o seu papel na história e que constrói o alvorecer.

LUTAS SOCIAIS NO CAMPO

Como já foi colocado anteriormente, a terra é um bem natural, não é capital, mas ao se transformar em mercadoria, recebe um preço, que é a renda capitalizada da terra.

Enquanto na cidade a terra funciona como suporte físico, no espaço agrário é o meio fundamental para a produção. Sua apropriação se dá de maneira diferenciada de acordo com a perspectiva de uso. Rossini (1986 - p. 112), com base nos conceitos de José de Souza Martins, expõe sobre as concepções de terra conforme seu uso:

"... terra de exploração ou de negócio aquela de que o capital se apropriou para crescer, sempre pa-

ra gerar continuamente novos e maiores lucros, que podem advir tanto da exploração dos destituídos de terra como dos que nunca tiveram acesso a ela. A terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para especular, para explorar".

Martins (1988), chama a atenção, ainda, para o fato de que o valor da terra para o trabalhador rural, não é em referência ao mercado, mas em referência ao seu valor moral, na função de sustentar a família.

Existe uma injustiça social na distribuição das terras, enquanto uma minoria possui monopólio tanto de qualidade e quantidade de terras, grande contingente é formado por pequenos proprietários e sem terras. "A estrutura agrária exprime no campo o caráter desigual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em termos de concentração de riquezas". (Gonçalves, 1987 - p. 157).

A questão fundiária determina a forma da especialidade do campo. Onde 89,6% dos estabelecimentos rurais possuindo até 100ha, correspondem a 20% das terras, enquanto 1% com mais de 1000ha detém 45% do total das terras. Essa concentração é mais intensa nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde, também ocorre maior número de conflitos.

Com a divisão interna do trabalho, ocorreu uma maior proletarianização do campo. Portanto, há a extração da mais-valia do terreno coletivo - socialização da produção e apropriação privada da mesma. No entanto, a grande exploração em que se encontram submetidos os trabalhadores é contestada através da organização dos mesmos, o que é salientado por Oliveira (1988 - p. 22):

"De um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente a expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra fazendeiros e grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros, os moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados".

Mas a violência e resistência no campo não são re-

centes, se iniciou há muitos anos com a própria resistência dos indígenas, escravos, Canudos, passando pela histórica Trombas e Formoso, Ligas Camponesas, até as atuais greves de bóias-frias.

Grzbowski (1987 - p. 19 - 45), divide a atual luta do campo em movimento dos camponeses pela terra - que se dá através do movimento dos posseiros, movimento dos sem terra, movimento contra as barragens e lutas indígenas; a outra forma é o movimento dos operários do campo contra a exploração do trabalho e assalariamento e por último a luta dos camponeses contra a expropriação. Sendo que o movimento dos camponeses pela terra é maior nas Regiões Norte e Nordeste e o movimento dos operários no Centro-Sul do País.

A luta dos posseiros e índios se dá pela posse da terra e pela não expropriação da mesma. Os camponeses lutam contra a desapropriação e contra a subordinação da indústria.

Os bóias-frias, já expulsos do campo e que geralmente moram nas periferias da cidade e trabalham no campo e até mesmo em outros Estados, reivindicam melhores condições de trabalho e melhores salários. Os sem-terra buscam através de acampamentos, o acesso à terra, e já discutem a questão da coletivização como trabalho sem exploração.

Nestes processos de luta, nota-se a participação e influência de partidos políticos, igrejas, centrais sindicais; avançando, assim, para uma perspectiva política mais ampla e global.

O enfrentamento dos trabalhadores é indiretamente com o Estado e Sistema Capitalista, porém confronto direto com a polícia, grileiros, jagunços... expressão concreta do Estado e Capital. Várias lideranças, trabalhadores, assessores (agentes pastoraes, advogados...), foram assassinados, sendo que os assassinatos ironicamente aumentaram na "Nova República". Por outro lado, houve mudanças na estratégia de violência no campo, pois se antes assassinavam grande número de trabalhadores, hoje o grande número de mortes é de lideranças. Querem cortar o "mal" pela raiz - golpeiam a cabeça para intimidar o restante. É importante destacar que a maioria dos crimes continua impune.

Muito sangue já foi derramado e muito ainda o será,

contudo já se percebe avanços conseguidos nesta batalha por espaço: alguns assentamentos, melhoria de salários, direito de posse, etc... Porém o projeto da sonhada Reforma Agrária foi totalmente manipulado de acordo com os interesses dos donos do capital.

Evidenciou-se que para soluções mais profundas de ve-se levar em consideração que a questão agrária não é uma questão do campo e sim da sociedade brasileira. E é neste contexto que se pode ter anseios de melhores perspectivas futuras. Uma nova espacialidade do campo (e da cidade) só será possível num sistema social mais justo, e mais humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar o Espaço - Recriar o Espaço - eis o desafio do homem. Tarefa que só se torna possível através de uma ampla articulação de lutas de classes do campo e da cidade. Pois a relação campo-cidade atualmente não é antagônica, a sociedade construiu um espaço contínuo.

"Hoje mais do que antes cidade e campo formam um todo só, diverso e contrário, porém uno e indivisível". (Oliveira, 1988 - p. 101). E considerável parcela dos explorados já se sensibilizaram pela necessidade de constituir um bloco uno de resistência a fim de forçar uma verdadeira democratização do espaço.

"Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volta contra ele, um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço de reprodução da vida, e não uma mercadoria, o homem fetichizado. (Santos, 1977, p. 27).

Como sociedade e espaço se movimentam simultaneamente, só através de profundas transformações na sociedade brasileira, pode-se vislumbrar a construção de um novo arranjo espacial. Uma nova sociedade - um novo espaço geográfico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- . CARLOS, A.F.A. e ROSSINI, R.E. Estruturação do Espaço (Formas em nível regional: população). in: Revista do Departamento de Geografia. USP - 2, 1983.
- . CORREA, R. L. O Espaço Geográfico: Algumas Considerações. in: Novos Rumos da Geografia Brasileira, org. M. Santos. S.Paulo, Hucitec, 1982.
- . CPT - A Ofensiva da Lireita no Campo. Conflitos no Campo, Brasil, 1987.
- . CONÇALVES, Carlos W. Porto. Estrutura Agrária e Dominação no Campo: Notas para um Debate. in: Novos Rumos da Geografia Brasileira, org. M. Santos. S. Paulo, Hucitec, 1982.
- . CPUYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, Fase, 1987.
- . HILGERT, Isnard. O Espaço Geográfico. Coimbra, Almedina, 1982
- . LIPIETZ, A. O Capital e seu Espaço. S. Paulo, Nobel, 1988.
- . MARTINS, J. S. Expropriação e Violência. A Questão Política do Campo. S. Paulo, Hucitec, 1990. &
- . Não Há Terra para Plantar Neste Verão. Petrópolis, Vozes, 1980. 2ª ed.
- . MOREIRA, Ruy. A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais. in: Geografia Teoria e Crítica, org. R. Moreira, Petrópolis, Vozes, 1982. &
- . Uma Gestão Democrática do Espaço para uma Sociedade de Homens Livres. in: Boletim Carioca de Geografia. Ano 2 nº 2, 1986.
- . ROSSINI, Rosa Ester. A Produção do Espaço Rural: Pressupostos Gerais para a Compreensão dos Conflitos Sociais no Campo. in: A Construção do Espaço. org. Milton Santos, S.P., Nobel, 1986.

- . SANTOS, Milton. Economia Espacial. Críticas e Alternativas. S. Paulo, Hucitec, 1978. 3
- . O Espaço do Cidadão. S. Paulo, Nobel, 1987. 2
- . SOUZA, M. A. (orgs.). O Espaço Interdisciplinar. S. Paulo, Nobel, 1986. 3
- . Pensando o Espaço do Homem. S. P., Hucitec, 1982.
- . Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec, 1979.
- . SEABRA, Manoel F. Gonçalves. Crise Econômico-Social no Brasil e o Limite do Espaço. in: Novos Rumos da Geografia Brasileira ; org. M. Santos, S.P., Hucitec, 1982.
- . SILVA, J. Borzacchiello. Gestão Democrática do Espaço e Participação dos Geógrafos. in: Terra Livre nº 4, 1988.
- . OLIVEIRA, A. Umbelino. A Geografia das Lutas no Campo. S. P. , Contexto - EDUSP, 1988.